

Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal

Maria de Lourdes Albuquerque Fávero*

Resumo:

O trabalho analisa as origens e a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, idealizada por Anísio Teixeira. Situa o contexto da década de 1930 e levanta questões relativas à educação. Discute o papel e as funções da UDF, enfatizando o ensino, a pesquisa, a promoção e estímulo à cultura, a formação de profissionais e técnicos em vários ramos de atividades, inclusive do magistério em todos os níveis. Destaca as contribuições de professores estrangeiros e brasileiros ao ensino e à pesquisa. Debate os problemas vivenciados por essa universidade e as razões de sua extinção, em janeiro de 1939. Conclui observando que a UDF oferece, ainda hoje, subsídios para pensar a universidade no país.

Palavras-chave:

Anísio Teixeira; Universidade de Distrito Federal; ensino e pesquisa; produção de conhecimento.

* Livre-docente em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 1976). Professora aposentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDS)/Faculdade de Educação, UFRJ, e pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Anísio Teixeira and the University of the Distrito Federal

Maria de Lourdes Albuquerque Fávero

Abstract:

The study discusses the origins and the creation of the Universidade do Distrito Federal (UDF) in 1935, conceived by Anísio Teixeira. It contextualizes the process in the 30s, raising questions related to education. The paper discusses the role and functions of the UDF, mainly teaching, researching, promoting and fostering culture, as well as preparing professionals and technicians of several fields, including teachers of all levels. It highlights the contributions by foreign and Brazilian academic staff in teaching and researching, discussing problems faced by that university and reasons for its extinction, in January 1939. It concludes pointing that even now the UDF still offers relevant contributions to thinking about university in Brazil.

Keywords:

Anísio Teixeira; Universidade do Distrito Federal; teaching and research; production of knowledge.

Introdução

A partir de 1920, intenso debate sobre a concepção e as funções da universidade é desencadeado na Associação Brasileira de Educação (ABE) e na Academia Brasileira de Ciências (ABC), as quais iniciam um movimento pela modernização do sistema educacional brasileiro em todos os níveis. Em 1923, a ABC defende a idéia “de uma universidade que desse lugar ao culto da ciência pura, sem vínculos imediatos com a aplicação. Nessa perspectiva, surge também uma concepção valorativa da universidade, atribuindo-lhe a função de cultivar as ciências, sem a preocupação de sua aplicação imediata” (Paim, 1981, p. 35).

Quanto à ABE, entre suas atividades mais relevantes, na década de 1920, destacam-se “a realização de conferências nacionais e de dois inquéritos entre líderes educacionais do país sobre questões relativas ao ensino e à universidade” (idem, p. 46). Desses inquéritos, merece especial atenção o relativo ao problema universitário brasileiro, realizado em 1927, que abordou, entre outras questões, o tipo de universidade a ser adotado no Brasil, se deveria ser um modelo único e quais as funções que deveriam caber às universidades brasileiras. Segundo Paim, esse inquérito e a publicação do livro *O problema universitário brasileiro* pela ABE, em 1929, constituíram uma forma original de encaminhamento do problema da questão universitária no país (idem, p. 46-47).

É oportuno lembrar também que se a Primeira República foi marcada por certa descentralização política e administrativa, a partir dos anos de 1930 essa tendência reverte-se e vai-se implantando crescente centralização nos mais diferentes setores. Surge um aparelho de Estado, no qual o poder se desloca cada vez mais do âmbito local e regional para o do governo central. Em decorrência, são elaboradas políticas de caráter nacional – incluídas as de educação – marcadas pelo controle de mecanismos autoritários, que se explicitam no Estado Novo.

O governo federal instalado após a Revolução de 1930 criou o Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). Seu primeiro titular, Francisco Campos, elaborou e implementou reformas educacionais com acentuada tônica centralizadora, atribuindo ao Estado poder para exercer

sua tutela sobre o ensino no país. Como assinala Moraes (2000), tratava-se de adaptar a educação a certas diretrizes, que vão sendo definidas tanto no campo político quanto no educacional, com vistas a criar um padrão adequado à “modernização” do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação de elites: “Um ensino que se constituísse no complemento da obra revolucionária, orientando e organizando a nacionalidade” (p. 133). Nesse contexto, o governo elabora seu projeto universitário, adotando medidas que se estenderam desde a promulgação do *Estatuto das Universidades Brasileiras* (decreto n. 19.851/31), à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (decreto n. 19.852/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (decreto n. 19.850/31). Em 1935, o Executivo, já na gestão do ministro Gustavo Capanema, elabora e encaminha ao Legislativo o Plano de Reorganização do MESP, sendo aprovada, em 5 de julho de 1937, a lei n. 452, que organiza a Universidade do Brasil como modelo padrão para as demais instituições universitárias no país.

No entanto, ao lado dessas medidas centralizadoras em relação ao ensino superior, houve, no período, iniciativas que expressaram posições divergentes, em especial a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935 – esta última objeto do presente estudo.

Não se pode esquecer que, dada a natureza das transformações pelas quais passava o país, sobretudo a partir de 1935, o processo de estruturação do sistema educacional na capital da República não ocorreu sem problemas. É exatamente nesse período conturbado que Anísio Teixeira assume o cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, mais tarde Secretaria de Educação, a convite do prefeito Pedro Ernesto, permanecendo nessa função de 15 de outubro de 1931 a 2 de dezembro de 1935, quando envia carta ao prefeito solicitando sua exoneração, como será visto mais adiante.

Durante sua gestão, juntamente com um grupo de colaboradores, Anísio organizou um sistema educacional na capital da República que abrangia do pré-escolar à universidade. Essa estruturação foi perpassada por conflitos, sobretudo com a criação da universidade que, para ele, se apresentava como o ápice de um programa. Segundo Hermes Lima:

“Exatamente como acontecera quando da introdução do ensino secundário [técnico] no sistema escolar municipal, nasce a Universidade sob o fogo de seus opositores” (1978, p. 182).

A UDF: da idéia ao projeto

A UDF surge como um empreendimento que procurava materializar “as concepções e propostas da intelectualidade reunida na ABE e na ABC, as quais empunharam, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (Almeida, 1989, p. 195). Instituída na capital da República pelo decreto municipal n. 5.513, de 4 de abril de 1935, apesar de ter existido por período inferior a quatro anos, essa instituição marcou significativamente a história da universidade no Brasil. A UDF surgiu com uma definição clara e original do sentido e das funções da universidade, bem como dos mecanismos que se faziam necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos. Em termos de projeto, merece destaque a dimensão cultural que lhe é atribuída, expressa nos “considerandos introdutórios” do decreto que a instituiu, assinado pelo prefeito Pedro Ernesto, nos quais se justifica a necessidade de sua instalação (Prefeitura do Distrito Federal, 1935, p. 3-12).

Na inauguração dos cursos da UDF, em 31 de julho de 1935, Anísio Teixeira profere um discurso, no qual procura mostrar como se deve processar a relação entre universidade, cultura e aperfeiçoamento dentro da sociedade brasileira e como a instituição universitária poderia contribuir para superar distorções então presentes nas atividades intelectuais e culturais do país:

A cultura brasileira se ressentida, sobretudo, da falta de quadros regulares para a sua formação. Em países de tradição universitária, a cultura une, socializa e coordena o pensamento e a ação. No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa. E isso, por quê? Porque os processos para adquiri-la são tão pessoais e tão diversos, e os esforços para desenvolvê-la, tão hostilizados e tão difíceis,

que o homem culto, à medida que se cultiva, mais se desenraíza, mais se afasta do meio comum, e mais se afirma nos exclusivismos e particularismos de sua luta pessoal pelo saber [Teixeira, 1998, p. 40].

A universidade que estava sendo inaugurada deveria ter, segundo seu idealizador, a preocupação de preparar quadros intelectuais e acabar com o isolamento denunciado; a ela competia socializar a cultura, “socializando os meios de adquiri-la”. No seu entender, “a identidade de processos, a identidade de vida e a própria unidade local farão com que nos cultivemos, em sociedade. Que ganhemos em comum a cultura” (idem, p. 41-42). Finalizando seu discurso, afirma: “Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um mundo de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem” (idem, p. 43).

Segundo Anísio, a fonte para a criação da identidade de um povo e do caráter nacional deveria ser a universidade. Assim, era natural que a UDF, sediada na capital da República, fosse um dos grandes pólos nacionais de irradiação cultural. Para tanto, fazia-se necessário que a própria universidade combatesse o autodidatismo e o isolamento intelectual. Realçava ele que a UDF tinha como uma de suas finalidades constituir-se em núcleo de formação intelectual do país, até aquele momento “formado ao sabor do mais abandonado e precário autodidatismo”. E complementa: “a Universidade não tem *nenhuma verdade* a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente” (idem, p. 42-43).

O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nossa geração, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem.

A universidade é, em essência, a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender. Há toda uma iniciação a se fazer. E esta iniciação, como todas as iniciações, se faz em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação. Cultivar a imaginação é cultivar a capacidade de dar sentido e significado às coisas. [...] É essa inquietação de compreender e de aplicar que afinal encontrou a sua casa. A casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar é a universidade [idem, p. 35-36].

Nessa óptica, tratava-se menos de preparar quadros formados por indivíduos com domínio do saber existente e da experiência humana acumulada, ou de formar pessoas competentes em ofícios úteis, do que sobretudo criar um ambiente de saber, facilitador da participação de todos na formação intelectual da experiência humana. Para Anísio,

A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber pelo saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva [idem, p. 35].

Nessa perspectiva, uma das características fundamentais da UDF era ser um lócus de investigação e de produção de conhecimento. A respeito, observa Mendonça:

A proposta da UDF leva à sua maior radicalidade a idéia de uma universidade voltada para o desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento técnico e científico – tão cara ao grupo da Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE e incorporada ao ideário dos renovadores – e se expressa na própria estrutura da organização [2002, p. 24].

É pertinente registrar que as iniciativas de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal tiveram não somente o caráter de ampliação e consolidação do legado que recebera, em termos de modernização do sistema escolar, iniciado nas administrações anteriores de Carneiro Leão (1922-1926) e depois, especialmente, de Fernando de Azevedo (1927-1930), o que provocou oposições radicais, mas também o apoio de elementos respeitáveis do magistério carioca de 1931 a 1935.

Anísio organizou uma rede municipal da escola primária à universidade, fazendo dela, junto com seus colaboradores, poderoso campo cultural que interfere na vida urbana e, ao mesmo tempo, produz conhecimento sobre ela própria (Nunes, 1992, p. 159). Em sua concepção, a UDF seria o ápice de um projeto integrado de educação a ser desenvolvido na capital da República, no qual a educação superior deveria estar em harmonia com os demais níveis de ensino. Mas Anísio sabia desde o início de sua gestão que “a luta seria longa e árdua”, embora estivesse disposto a enfrentá-la, por estar “convicto de que no Distrito Federal situava-se o coração dessa guerra” (Viana Filho, 1990, p. 65). Isso fica claro em correspondência sua dirigida a Fernando de Azevedo: “Creio [...] já lhe haver dito que é minha impressão não ser possível travar, no Brasil, a batalha educacional, antes de vencermos a peleja do Distrito Federal” (apud Viana Filho, 1990, p. 65). Estava com a razão: a cidade do Rio de Janeiro não era apenas a capital cultural do país, mas também a sede do poder central, das relações de mando e de tomada de decisões políticas.

Os conflitos que marcaram a estruturação do sistema público de ensino aguçaram-se com a criação da UDF. O argumento contra a instituição tinha um caráter sobretudo ideológico: diziam que “seria uma Universidade esquerdista, senão comunista”. Essa qualificação era atribuída pelos integralistas e pelos católicos. Por essa óptica, em 1935, Alceu Amoroso Lima escreve uma carta ao ministro Capanema, na qual deixa claro o que os católicos esperam do governo “uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo”. E assinala: “para garantir a estabilidade das instituições e a paz social”, o governo devia “[...] organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homens de toda a confiança e capacidade técnica, e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação” (Lima, 1935). Esse posicionamento fica mais explícito quando o líder católico, na mesma carta, observa:

O espetáculo do Brasil de hoje ofereceu-nos a oportunidade de algumas considerações, que sou levado a repetir-lhe por carta, não só pela nossa velha amizade, mas ainda por ser você a mais alta autoridade de nossa organização educativa. A recente fundação de uma universidade municipal, com a nomea-

ção de certos diretores de faculdades que não escondem suas idéias e pregação comunistas, foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos por esse caminho? [idem, *ibidem*].

Uma das exigências para a concretização da UDF era, segundo seu idealizador, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. Mas, como pensar em autonomia universitária no limiar do Estado Novo? Como pensar em liberdade de pensamento, quando a “pecha de comunista” passa a ecoar como a de um feiticeiro da Idade Média e “o atestado de ideologia converteu-se em complemento da cidadania prestante” (Lima, 1978, p. 136)?

Nesse contexto, nos últimos dias de 1935, Pedro Ernesto, prefeito da capital da República, vê-se discriminado por representantes do poder federal. Mesmo desfrutando de especial relacionamento na área política, está marcado e há, antes de tudo, “um sacrifício-ritual a executar: o afastamento de Anísio Teixeira” (idem, p. 137). Apesar de todas as pressões, o prefeito manteve-o no cargo por quatro anos. Embora Anísio não tenha sido preso, foi forçado a pedir demissão. Em seu pedido de exoneração, ele caracteriza a diretriz de sua atuação à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, emitindo conceitos definidores de sua percepção de educador:

Não sendo político e sim educador, sou, por doutrina, adverso a movimentos de violência, cuja eficiência contesto e sempre contestei. [...] Toda a minha obra, de pensamento e de ação, aí está para ser examinada e investigada, exame e investigação que solicito, para que se descubram outras tendências e outra significação, senão a de reconhecer que o progresso entre os homens provém de uma ação inteligente e enérgica, mas pacífica [Teixeira, 1997, p. 34].

E complementa: “[...] nunca ocupei incondicionalmente esse cargo, nem nenhum outro, mas o exerci, como os demais, em caráter rigorosamente técnico, subordinando a minha permanência neles à possibilidade de realizar programas que a minha consciência profissional houvesse traçado” (idem, p. 33). Continuando, ressalta: “Sou, por convicção, contrário a essa trágica confiança na violência que vem se espalhando no

mundo, em virtude de um conflito de interesses que só pode ser resolvido, a meu ver, pela educação, no sentido largo do termo” (idem, p. 34). Mas “conservo, em meio de toda a confusão momentânea, as minhas convicções democráticas, as mesmas que dirigiram e orientaram todo o meu esforço, em quatro anos de trabalho e lutas incessantes, pelo progresso educativo do Distrito Federal [...]” (idem, *ibidem*).

Diante do clima de inquietação e dos problemas em que vivia o país, o destino do idealizador e fundador da UDF não poderia ser outro: o afastamento das funções públicas que vinha exercendo. Em resposta imediata à carta de Anísio, de 1º de dezembro de 1935, o prefeito Pedro Ernesto, mesmo que se manifeste constrangido em aceitar sua solicitação, encaminha no dia seguinte (2 de dezembro de 1935) uma resposta ao secretário, na qual, entre elogios e reconhecimento da importância do trabalho do educador, registra:

No momento em que me vejo privado de sua colaboração em meu governo, após quatro anos de uma dedicação inextinguível, cumpre-me deixar bem claro o alto apreço em que o tenho como educador exemplar e culto, como cidadão probo e patriota, como administrador de segura visão e de rara envergadura. Dou o testemunho da veracidade de quanto afirma em sua carta, pois do nosso convívio pude perceber que o Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal foi sempre adverso aos movimentos de violência e foi sempre um apaixonado apologista da verdadeira democracia [in Teixeira, 1997, p. 36].

Exonerado, Anísio recebe o imediato apoio de colaboradores nos serviços de educação do Distrito Federal, alguns dos quais integrantes dos quadros da UDF e também demissionários. Segundo Paim, “a Universidade do Distrito Federal sobrevive a essa refrega graças à ascensão à Reitoria de Afonso Penna Junior, intelectual de renome que soube assumir-lhe o espírito e reunir em seu derredor o que havia de mais expressivo da intelectualidade brasileira” (1981, p. 80). A partir de 1936, professores da UDF, juntamente com outros intelectuais e educadores, foram demitidos e presos. Entre eles: Hermes Lima – também diretor da Escola de Economia e Direito –, Edgardo Castro Rebello, Leônidas Rezende e Luiz Carpentier.

Nesse contexto, a liberdade e a autonomia universitária, princípios norteadores do projeto de criação da UDF, foram atingidos e, aos poucos, a universidade vai ter de “ajustar-se” aos padrões do poder central.

A UDF: centro de produção de saber

Numa época em que a tradição brasileira de ensino superior se baseava sobretudo no ensino profissional de caráter utilitário, a criação da USP, especialmente por sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a criação da UDF irão redirecionar esse ensino, procurando dar ênfase à ciência básica e ao saber desinteressado. Essa mudança vai exigir a presença de professores estrangeiros que, ao lado de professores brasileiros, deixam profundas marcas.

Apesar de todos os problemas e dificuldades enfrentados pela UDF, os anos de 1935 e 1936 foram destinados à constituição do corpo docente e à organização dos cursos. Com essa preocupação, o reitor Afrânio Peixoto vai à Europa, e graças ao apoio de George Dumas faz criteriosa seleção de professores estrangeiros, para aquelas áreas nas quais considerava não haver, no Brasil, profissionais suficientemente preparados. Em carta dirigida a Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto assinala:

Aqui, em Paris, busquei logo informações [...]. Poderíamos ter mesmo o melhor da grande Universidade de Paris, que recruta o *melhor* da França apenas com um detalhe: contrato. Um grande sábio aqui não abandonaria sua cadeira por nós, por alguns anos, nem mesmo um jovem mestre, com esperanças. Mas o fato geográfico vem auxiliar-nos, há que se pensar no seguinte: contratá-los de março a novembro, deixando dezembro, janeiro, fevereiro à França, ao contato francês, indispensável a eles [...] Esse trimestre é o mais importante aqui. O governo francês o permite, assim. [...] Teremos professores jovens ou provecos, os *próprios* das grandes Universidades. [...] Contrato de curto prazo a ensaiar e a renovar... [Peixoto, 1935].

Ao ser criada, a UDF foi constituída por cinco unidades, tendo como diretores os professores indicados a seguir: Instituto de Educação,

Manoel Bergström Lourenço Filho; Escola de Ciências, Roberto Marinho de Azevedo; Escola de Economia e Direito, Hermes Lima; Escola de Filosofia e de Letras, Edgardo Castro Rebello; Instituto de Artes, Celso Octavio do Prado Kelly. Como disposto no art. 3º do decreto de criação, integravam também a universidade: “instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural”. Esse mesmo decreto, mediante o art. 2º, justificava a necessidade da instalação da universidade e definia como seus fins:

Promover e estimular a cultura a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; encorajar a pesquisa científica, literária e artística; propagar as aquisições das ciências e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular; formar profissionais e técnicos em diversos ramos e prover a formação do magistério em todos os seus graus.

Em 1936, foram iniciadas as atividades acadêmicas, com a presença de uma missão francesa, constituída de professores atuantes nas Escolas de Economia e Direito, e de Filosofia e Letras: Émile Bréhier (história da filosofia), Eugène Albertini (história da civilização romana), Henri Hauser (história econômica), Henri Tronchon (literatura comparada), Gaston Leduc (economia social e organização do trabalho), Étienne Souriou (psicologia e filosofia), Jean Bourciez (filologia das línguas românicas), Jacques Perret (línguas e literatura greco-romanas), Pierre Deffontaines (geografia humana) e Robert Garric (literatura francesa). Na Escola de Ciências, verificava-se a presença, em 1935 e 1936, de Viktor Leinz (geologia e mineralogia) e de Bernhard Gross (física). Apenas o primeiro deles permaneceu até 1937 (Universidade do Distrito Federal, 1937).

A presença desses estrangeiros marcou a história da UDF, como aparece registrada em carta da secretária Odette Toledo, dirigida a Anísio Teixeira, em julho de 1937:

Os cursos dos franceses tiveram grande sucesso. Notáveis pelos resultados conseguidos com os alunos foram os de Geografia Humana – Deffontaines; História Romana – Albertini; Economia Social – Leduc. De grande repercussão social: Garric, Souriou e Hauser. Deram cursos na Academia Brasileira de

Letras e fizeram conferências em vários estados em nome da UDF. Para este ano está assentada com o professor Dumas nova equipe de cinco professores que deverão chegar ainda este mês [Toledo, 1937].

Apesar de todos os problemas, além dos estrangeiros, também os professores brasileiros exerceram importante papel, entre eles: Roberto Marinho de Azevedo, Hermes Lima, Lélío Gama, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Lauro Travassos, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Abgar Renault, Antenor Nascentes, Cândido Portinari, Heloisa Alberto Torres, Joaquim Costa Ribeiro, Lourenço Filho e Antonio Carneiro Leão.

Mesmo após as demissões e prisões de professores, segundo Odette Toledo, “a Universidade funcionou regularmente em 1936. Resistiu à nova crise do princípio do ano, dando mais uma prova de vitalidade, embora tenha decrescido sensivelmente o número de inscrições, como era natural” (idem). Os professores que permaneceram, a partir desse ano, em especial na Escola de Ciências, tentaram levar adiante o projeto inicial. Segundo o professor Viktor Leinz, foi introduzido o sistema, usado na Alemanha, de realizar excursões com os alunos. Assim, para mostrar a geologia do Distrito Federal, eram desenvolvidos vários trabalhos práticos.

Nós íamos pela manhã, ou para Copacabana – pois ainda tinha muitas pedreiras – ou para a praia. Eu explicava a influência do mar. Passeávamos. [...] Introduzi, também, o diapositivo. Na época era uma coisa nova. Mandeí fazer numerosos diapositivos de fenômenos geológicos para projetar. [...] Nossos alunos tentavam reconhecer rochas e minerais por métodos simples, mas modernos.

Em 1937, fiz uma excursão muito grande com os alunos, para sua formatura, em Minas Gerais. Nessa época, era reitor Afonso Penna [que] nos ajudou. [...] Fizemos uma viagem para conhecer toda Minas Gerais. Para conhecer: [...] manganês, ferro, Morro Velho, Itabira. [...] Os alunos eram pessoas formadas. Lembro-me bem do Frota Pessoa que tocava bem violão, cantava e ganhava um pouquinho de dinheiro cantando na rádio. [...] foi uma excelente viagem. [...]

De 1936 em diante, eu dava todas as aulas teóricas. E Othon Leonardos e mais um assistente ajudavam no trabalho prático. Eu forçava muito o trabalho prático, o manuseio do material, [o que] é extremamente importante para não ser [um trabalho apenas] livresco [Leinz, 1977, p. 21-24].

O trabalho desse professor, principalmente essa excursão a Minas Gerais, deixou marcas profundas em seus alunos. A respeito, o depoimento de Newton Dias Santos, graduando do 3º ano de história natural, em 8 de novembro de 1937, é bastante elucidativo:

Essa excursão trouxe-nos vantagens de várias ordens... Apoiando-nos sobre conhecimentos ministrados no curso, reafirmando ora uns, relembrando ora outros, veio ela ligar fatos até então isolados, e estabelecer, seguramente, uma cadeia contínua que deu a nosso Curso de Geologia uma solidez incontestável. Nossa visão ampliou-se; o que vimos em Minas Gerais ligou-se perfeitamente aos conhecimentos adquiridos em aula e laboratório, consolidando-se eficientemente. A associação de fatos e de idéias foi rica e bastante aproveitável. Nosso curso de Geologia teria tido uma falha lamentável se não acrescentasse, ao programa de seu curso, uma visão de Geologia do Brasil [Santos, 1937].

O mesmo aluno faz uma apreciação do curso de história natural, observando que, ressalvado o problema da falta de laboratórios próprios, a escola tinha pessoal qualificado em condições de contribuir para a formação de pesquisadores (*idem*)¹.

A preocupação da UDF em formar pesquisadores se manifesta também na criação de centros de estudos. Em 1936, graças à presença de Deffontaines, surge o Centro de Estudos Geográficos, para desenvolver trabalhos e pesquisas com a participação de professores, alunos e ex-alunos, em especial sobre Geografia do Brasil. Ainda em 1936, é criado o Centro de Estudos Sociológicos,

1. Os professores que tinham vínculo com outra instituição, como Manguinhos, Observatório Nacional etc., procuravam integrar os alunos em grupos e laboratórios de pesquisa sob sua responsabilidade.

organizado como um espaço de investigação e discussão, tendo a frente dois professores brasileiros Gilberto Freyre e Heloisa Alberto Torres.

Em 1937, é instituído o Centro de Estudos Eugène Albertini, tendo por objetivos: intensificar os estudos da civilização romana sob todos os seus aspectos, manter uma publicação na qual seriam consignados os trabalhos dos associados, organizar uma biblioteca especializada e propiciar a publicação de teses e trabalhos dos sócios [Universidade do Distrito Federal, s.d., art. 2º].

Quanto à organização acadêmica, a UDF fazia exigências que favoreciam a formação de pesquisadores, em comparação ao que existia, no período, em outras instituições de ensino superior, como por exemplo: participação dos alunos em trabalhos práticos desenvolvidos pelos professores nos diferentes cursos, participação em pesquisas e nas atividades dos centros de estudos. Herman Lent (1977) observa que no caso da Escola de Ciências, embora esta se dissesse formadora de professores para o secundário, seus professores davam maior ênfase à pesquisa.

Por sua vez, Viktor Leinz (1977) faz referência à presença de dois assistentes em cada cadeira como fator importante para dar início à criação de uma escola. Segundo ele, tal fato contribuiu para que, na geologia, logo se desse início à realização de pesquisas, uma sobre o método utilizado por essa área de conhecimento, outra sobre o da paleontologia. Mas, com a Lei de Desacumulação de Cargos, em 1937, os assistentes passaram a ser, em geral, recém-formados, o que resultou “em grande vantagem para eles e não grande vantagem para o ensino” (p. 31).

A UDF: uma utopia vetada

Uma das hipóteses com a qual trabalhamos e registramos em outros estudos sobre a história da UDF (Fávero, 1996, 2001, 2004) é a de que foi tramada, inclusive no Ministério da Educação e Saúde, o impedimento de sua criação e depois sua extinção. Anísio certamente percebia isso. Ao ser instalada, em 1935, a UDF surgiu como um divisor de águas em meio à agitação do momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação

nacional. As oposições delineadas em nível oficial são mais decisivas; a crítica à UDF é mais profunda do que deixam perceber as falas dos que estão no poder. A literatura, sobretudo a oficial, fala na incorporação dos cursos da UDF pela Universidade do Brasil. Na verdade, a UDF foi extinta e seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil, por meio do decreto-lei n. 1.063, de 20 de janeiro de 1939², assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro Gustavo Capanema.

Em nome da disciplina e da ordem, características do regime autoritário em vigor, o ministro Capanema encaminha ao presidente da República a *Exposição de motivos*, em 28 de junho de 1938, justificando a extinção da UDF. Para o ministro:

A Universidade do Distrito Federal, mantida pela Prefeitura, ministra cursos (filosofia, ciências, letras, economia, política, pedagogia etc.) que são essenciais a qualquer universidade. A Universidade do Brasil, mantida pela União, não pode deixar de instituí-los, à semelhança das mais acatadas universidades do mundo, sob pena de permanecer indefinidamente como uma entidade anômala, sempre longe de ser uma honra para o país. Desta maneira, é fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil [Oliveira Netto, s.d.].

Antes, o ministro Gustavo Capanema já havia encaminhado ao diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), Luiz Simões Lopes, um documento bastante contundente intitulado “Observações sobre a Universidade do Distrito Federal”, a respeito do decreto n. 6.215/38, que a reorganiza e que, em seu entender, era inconstitucional, por faltar ao prefeito competência para tanto. Dizia o ministro:

-
2. O art. 1º desse decreto-lei dispõe: “Ficam transferidos para a Universidade do Brasil os estabelecimentos de ensino que compõem a Universidade do Distrito Federal, ora mantida pela prefeitura do Distrito Federal”, e o art. 7º determina: “Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, operando-se de fato a transferência na data em que, para este efeito, for assinado o necessário termo entre o Ministério da Educação e o Prefeito do Distrito Federal”.

A existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação [...]. É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho universitário da capital da República [Capanema, s.d.a].

Embora o país vivesse um período de acentuada repressão, há protestos tanto da imprensa como de intelectuais. A respeito da extinção da UDF, Mário de Andrade, em carta dirigida a Gustavo Capanema, em 23 de fevereiro de 1939, é bastante firme:

Não pude me curvar às razões dadas por você para isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, em que a liberdade é frágil, foge às pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias [Andrade, 1939].

Outro posicionamento incisivo foi o de Luiz Camillo de Oliveira Netto, designado para assumir a reitoria da UDF, na fase da “transferência” de seus cursos para a Universidade do Brasil. Em carta dirigida ao secretário do presidente Luiz Vergara, que se propôs encaminhá-la ao presidente Vargas, após protestar contra a forma como se vinha efetivando essa transferência, conclui assinalando:

Como resultado, e único resultado prático, será extinta a Universidade do Distrito Federal, ou seja, destruída, definitivamente, a instituição de ensino de maior importância cultural do Rio de Janeiro e possivelmente de todo o país, instalada depois de 1930, criada e mantida pela Administração do Distrito Federal, com os seus estatutos aprovados pelo Exmo. Senhor presidente da Republica, em pleno funcionamento e com mais de quinhentos alunos frequentando suas aulas [Oliveira Netto, s.d.].

E tecendo observações sobre as conseqüências da extinção dessa universidade, adverte que: a extinção da UDF significava, entre outros problemas, o sacrifício de mais de 500 alunos que não podiam ter sua formação convenientemente terminada; a dispensa de mais de 50 professores adjuntos e assistentes, e um recuo considerável no ensino superior em sua parte fundamental, isto é, no ensino de filosofia, ciências e letras, em razão das deficiências consignadas na organização da Faculdade Nacional de Filosofia (idem)³.

Toda essa situação e esgotados todos os seus recursos junto ao Ministério de Educação e Saúde contribuem para que Luiz Camillo decline inclusive do convite do ministro Capanema para ocupar a cátedra de história do Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia, organizada pelo decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939.

A título de conclusão

Pode-se assinalar que a UDF foi uma instituição universitária que deixou suas marcas na história da universidade no país, por ter procurado afirmar-se, como defendia seu idealizador Anísio Teixeira, como um centro de pensamento livre, de criação do saber, de produção de conhecimento, de cultura e de formação de professores. Passadas quase sete décadas de sua extinção, percebe-se a UDF como uma utopia vetada, mas que oferece ainda hoje subsídios para refletir sobre o papel e as funções da universidade em termos de ensino, pesquisa, produção de conhecimento, cultura, formação do magistério e sua contribuição para a sociedade de que é parte.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, H. T. de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais 1989. p. 188-216.

3. A respeito ver: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 226-230) e Mendonça (2002, p. 116-119).

ANDRADE, M. *Carta dirigida a Gustavo Capanema, em 23 de fevereiro de 1939*. In: Arquivo GC, filme 01, fotograma 078, CPDOC/FGV.

CAPANEMA, G. *Observações sobre a Universidade do Distrito Federal*. In: Arquivo GC 38.09.18 doc. 3, série g. CPDOC/ FGV. s.d.a.

_____. Exposição de motivos de 28 de junho de 1938, encaminhando projeto de decreto-lei. In: Arquivo. GC 38.09.18, doc.13, série g. CPDOC/ FGV. s.d.b.

FÁVERO, M. de L. de A. Universidade do Distrito Federal (1935-39): uma utopia vetada? *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 21, n. 125, p. 69-73, nov./dez. 1996.

_____. Anísio Teixeira e a UDF: que lições nos oferecem? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre: ANPAE, v. 17, n. 1, p. 87-101, jan./jun. 2001.

_____. A UDF, sua vocação política e científica: um legado para pensar a universidade hoje. *Pro-Posições*, Campinas: UNICAMP, v. 15, n. 3 (45), p. 143-162, set./dez. 2004

LEINZ, V. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1977.

LENT, H. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1977.

LIMA, A. A. *Carta dirigida ao Ministro Gustavo Capanema, em 16 de junho de 1935*. In: Arquivo GC/LIMA, A. série b, doc. 16, CPDOC/FGV.

LIMA, H. *Anísio Teixeira*. Estadista da educação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDONÇA, A. W. *Anísio Teixeira e a universidade de educação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MORAES, M. C. M. de. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC – Centro de Ciências da Educação/Núcleo de Publicações, 2000.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos? *Teoria e Realidade*, n. 6, p. 151-182, 1992.

OLIVEIRA NETTO, L. C. de. *Carta dirigida ao Secretário do Presidente Vargas, Luiz Vergara*. In: Arquivo GC 36.09.18 doc.10, série g. CPDOC/ FGV. S.d.

PAIM, A. *A UDF e a idéia de universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

_____. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. p. 17-96.

PEIXOTO, A. *Carta dirigida a Anísio Teixeira em 1935*. In: Arquivo AT 35.04.10, doc. 5, série t. CPDOC/FGV.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Universidade do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935.

SANTOS, N. D. do. *Discurso pronunciado por aluno do Curso de História Natural da UDF, 8 de novembro de 1937*. In: Arquivo UDF-PROEDS/FE/UFRJ.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. (orgs.). *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TEIXEIRA, A. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TOLEDO, O. *Carta dirigida a Anísio Teixeira, em julho de 1937*. In: Arquivo da UDF, PROEDS/FE/UFRJ.

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. *Lições inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro: UDF, 1937.

_____. *Estatuto do Centro de Estudos Eugéne Albertini*. In: Arquivo UDF, PROEDS/FE/UFRJ, 2 p. [mimeo.].

VIANA FILHO, L. *Anísio Teixeira; a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Endereço para correspondência:
Maria de Lourdes Albuquerque Fávero
Rua Paulo César de Andrade, 70 – apto. 203
Laranjeiras – Rio de Janeiro-RJ
CEP: 22221-090

Recebido em: 20 mar. 2007

Aprovado em: 12 jul. 2007